

Na Educação, massa de analfabetos preocupa

Carlos Chiarelli assumiu a Educação do País no dia 15 de março com a mesma determinação do cavaleiro andante Dom Quixote, enfrentando com vigor os seus moinhos de vento. A alfabetização foi a bandeira de luta escolhida e os prédios de escolas públicas os quartéis da batalha para a erradicação do analfabetismo no País. Os 32 milhões de analfabetos confrontados com as 4 mil crianças que frequentam as escolas graças ao programa de merenda escolar, assustaram o ministro de Collor que convocou profissionais e técnicos para assumirem os seus postos nesta guerra.

As primeiras medidas para o controle do leme da educação provocaram uma grande mexida nas estruturas do ensino do País, que repercutem até hoje. O compromisso com o "estrito cumprimento da lei" levou Chiarelli a fiscalizar denúncias de universidade de finais de semana, manter o controle das mensalidades escolares, além de prestar contas do dinheiro público aplicado.

Os relatórios da Fundação de Assistência à Educação expuseram uma estrutura carcomida pela falta de recursos, que chegou até a colocar em perigo o programa de merenda escolar. Nos primeiros resultados de um levantamento feito pela nova Secretaria Nacional de Educação Tecnológica sobre recursos originários de organismos financeiros mundiais recebidos pelo MEC para a área de escolas técnicas federais, foi detectado que grande parte desses recursos não havia sido repassada por falta de prestação de contas. Na avaliação do ministro, na atual crise brasileira em que os recursos são escassos "a ajuda externa não pode ser tão mal-empregada ou deixar de ser recebida por falta de prestação de contas".

ANALFABETISMO

A erradicação do analfabetismo, ou pelo menos a sua diminuição sensível até o próximo ano, é um dos principais objetivos da administração de Chiarelli. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1991 as dotações orçamentárias foram vinculadas a essas metas. Determinar a sua

ARQUIVO



Chiarelli: números assustam

utilização prioritária por escolas públicas e somente em casos excepcionais por escolas privadas.

A Secretaria Nacional de Ensino Básico (SEB) anunciou uma ação consistente na rede pré-escolar de alfabetização a partir da faixa etária de 4 a 6 anos, aproveitando a rede de creches existentes no país. Foram levantados cerca de 29 milhões de crianças que poderiam estar recebendo algum tipo de orientação pedagógica, mas apenas 4 milhões estavam sendo atendidas pelos estabelecimentos pré-escolares. Na tentativa de reverter esse quadro a secretaria da SEB, Ledja Austrilino revelou a intenção de utilizar as creches da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o atendimento pedagógico o cargo do MEC.

O ministro da Educação ressal-

tou que o contingente de educadores necessários para a realização da proposta da SEB seria fornecido pelas Secretarias estaduais de educação, que remanejariam parte de seus profissionais para essas creches. "É considerável o número de servidores ociosos nessas Secretarias em busca de uma função", afirmou o ministro.

Uma das preocupações do Ministério da Educação é com o analfabetismo científico detectado no ensino de primeiro e segundo graus, e procurou determinar condições para que o ensino público também forme cientistas com uma complementação do aprendizado em museus e laboratórios de química e física. Na ocasião a Secretaria de Ensino Básico declarou que a efetivação do programa iria acabar com o estigma de que a escola pública não forma pesquisadores.

Para isso foi iniciado treinamentos de recursos humanos que supram as necessidades do ensino básico, como a formação de professores leigos, através do ensino à distância. O treinamento seria realizado pela TV Educativa, pelo sistema de radiodifusão estatal e distribuição de programas de vídeo, com o contingente de professores que já vem participando da educação de crianças, jovens e adultos em comunidades interiores e carentes.